

A DIRETORIA EXECUTIVA DA POTIGÁS, POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90023/2024

Processo Administrativo - SEI Nº 05310002.003801/2024-67

Assunto: Contrarrazões ao Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA (sua própria desclassificação).

A **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, inscrita no CNPJ nº 09.753.377/0001-96, com sede na Rua Astorga, nº 141, Madalena, Recife/PE, representada neste ato pelo sua sócia diretora Annette Mendonça Dias Alves da Silva, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF nº 767.758.794-15, residente e domiciliado nesta cidade, que ao final subscreve, vem, nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento no artigo 59 da Lei nº 13.303/2016, bem como no item 11 do Edital da LICITAÇÃO Nº 90023/2024, lançada pela COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS e, ainda por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, APRESENTAR CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. contra sua própria desclassificação, o que faz nos termos das razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. TEMPESTIVIDADE.

A **CONSTRUTOA RR** foi cientificada da interposição do recurso, ora impugnado, no dia 24/10/2024 (quinta-feira), após recebimento de comunicado emitido pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.



Nos termos do item 11.1 do Edital: “11.1 - Após o julgamento da habilitação, os licitantes poderão interpor recursos, em fase única, contra os atos anteriormente praticados, exceto quanto aos atos relativos a negociação de que trata o item 10.1.6 deste Edital, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da habilitação. Por conseguinte, os licitantes poderão interpor contrarrazões no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o qual começará imediatamente após o encerramento do prazo de apresentação de recursos.”.

O Art. 59 da Lei 13.303/2016 assim dispõe:

Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

Assim sendo, o prazo para contrarrazões de possíveis recursos administrativos é de cinco dias úteis, excluindo-se o dia da ciência e incluindo-se o quinto dia útil, sendo o prazo fatal, no dia 31/10/2024, motivo pelo qual é TEMPESTIVA a presente impugnação.

2. ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA.

Trata-se de LICITAÇÃO Nº 90023/2024, lançada pelo COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS, através da Comissão Permanente de Licitação, cujo objeto é “Contratação de empresa de engenharia para execução do empreendimento Gasoduto Gassal que consiste no lançamento de gasoduto de distribuição ao longo da BR-110 para levar o gás natural da cidade de Mossoró até a cidade de Areia Branca no Estado do RN, contemplando serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, instalação e pré-operação de Estação de Redução de Pressão Distrital, instalação de ramais e Estações de Redução de Pressão e Medição de clientes, construção de abrigos, spools e comissionamento dos gasodutos”.

A CONSTRUTORA RR, ora contrarrazoante credenciou-se no procedimento licitatório da concorrência em epígrafe, em que a **Recorrente VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.** foi **desclassificada** do certame, **em razão de apresentar proposta em desconformidade com o Edital e seus adendos, não preenchendo o adendo 04 de forma completa e não especificando o percentual de desconto proposto, descumprindo especificamente os subitens 8.2.2 e 10.1.5.1 do Edital.**

 2

Desta forma, não satisfeita com o julgamento realizado pela Comissão, a Recorrente apresentou recurso quanto a sua desclassificação, manifestando sua discordância e requerendo a reconsideração da decisão.

Ocorre que, a inconformidade da proposta apresentada pela VIPETRO, com as exigências do edital, é tão gritante que não pôde ser deixada de lado pela ora Contrarrazoante, afinal sem nenhuma dúvida levaram à desclassificação da Licitante Recorrente, conforme acertada Decisão da Comissão, nos termos do **subitem 10.1.5.1**, senão vejamos:

10.1.5.1 - A verificação da efetividade da proposta será realizada mediante a análise da Planilha de Preços Unitários (PPU) pela CPL, promovendo-se a desclassificação daquelas propostas que:

a) contenham vícios insanáveis;

b) descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

c) apresentem preços manifestamente inexequíveis;

d) se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto a preços unitários de referência;

e) não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CPL;

f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

Feitas estas considerações passemos a análise detalhada do recurso e inegável manutenção da decisão da Comissão no tocante a desclassificação da empresa VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

2.1. Das Razões para o Improvimento do Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - Da irretocável desclassificação da Recorrente pela Comissão Permanente de Licitação.

O item 8.2.2 do Edital estabelece as exigências editalícias para a apresentação das PROPOSTAS DE PREÇOS, a saber:

8.2.2. "Planilha de Preços Unitários - PPU" (Adendo 04) deste instrumento convocatório, preenchida em todos os seus itens, em

moeda corrente nacional, expressa em algarismos e por extenso, contendo preço unitário e total, sendo este compatível com o valor da "Proposta de Preços" utilizando-se até 02 (duas) casas decimais, desprezando-se os demais, assinada pelo representante legal do licitante, identificando-se claramente o signatário.

Da análise da proposta apresentada pela empresa Recorrente, como já foi constatado pela Comissão, na **Ata de Recebimento dos Envelopes "1" (propostas de preços) e "2" (documentação de habilitação) datada de 09 de outubro de 2024**, restou indiscutível que a Recorrente: *"(...)apresentou proposta em desconformidade com o estabelecido no edital e seus adendos, não preenchendo o adendo 04 de forma completa e não especificando o percentual de desconto proposto, inviabilizando a verificação do percentual de desconto ofertado e a apuração do critério de julgamento, visto que o critério estabelecido no Edital é o de maior desconto. Diante do exposto a CPL buscou alternativas para viabilizar a partir da proposta apresentada pela referida empresa, considerando o valor total para chegar ao percentual de desconto, obtendo-se um percentual aproximado de 6,39 (seis vírgula trinta e nove) por cento. Porém, ao utilizar o critério estabelecido no item 8.2.2 do edital – apresentação da proposta de preços (percentual de desconto) com duas (02) casas decimais e desprezando-se as demais -, o valor encontrado se mostra superior ao ofertado, além de provocar alteração dos valores unitários, afrontando a previsão do item 10.1.5.1, do Instrumento Convocatório."* **Sendo, portanto, recusada a proposta da VIPETRO.**

A Recorrente apenas afirma em sede de recurso que a representante da VIPETRO informou que a assumiria o valor encontrado a menor como desconto, sendo, portanto, o recurso totalmente genérico e sem qualquer justificativa técnica.

Não estamos falando de simples omissão ou falha meramente formal, passível de convalidação, estamos falando de afronta aos subitens 8.2.2 e 10.1.5.1 do Edital, quando restou esclarecimento demonstrado que a Recorrente não atendeu as exigências editalícias.

Além do que, por não haver impugnado o edital, todos os participantes aceitaram as suas regras, tal como se encontravam objetivamente dispostas para todos. Portanto, pressupõe-se que deveriam atender as exigências postas, o que, conforme demonstrado, não ocorreu para a empresa **VIPETRO.**

É inegável que a licitante VIPETRO não atendeu as exigências do instrumento convocatório, em detrimento da Contrarrazoante, que atendeu integralmente o edital, acaso fosse classificada no certame, se estaria ferindo o princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento editalício, além dos demais princípios inerentes à licitação. Portanto, acertada a Decisão da Comissão de Licitação.

Não se pode permitir que um procedimento licitatório seja conduzido com tratamento diferenciado entre licitantes em situação equivalente.

Ao aceitar uma proposta que descumpra o edital, em detrimento de outra empresa que apresentou proposta correta, cumprindo o exigido no edital, a comissão estaria ferindo a ISONOMIA exigida na condução do certame e estaria FAVORECENDO um licitante em detrimento de outro, o que é ILEGAL.



Celso Antônio Bandeira de Mello, em seu trabalho *Curso de Direito Administrativo* (27.^a ed., Malheiros, 2010, p. 83/84), tece o seguinte comentário, de todo pertinente quanto ao princípio da igualdade e já inserido no recurso administrativo, mas de pertinente repetição:

O **princípio da isonomia ou igualdade dos administrados** em face da Administração firma a tese de que esta não pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. (...) A exigência de licitação para a realização de negócios com os particulares não traduz apenas o desejo estatal de obter o melhor produto ou serviço com menores ônus. Implica, também, a obrigação de oferecer aos particulares, que se dispõem a fornecer o bem ou serviço, a oportunidade de disputar em igualdade de condições. (sublinhado não é do original)

Ao elaborar o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos - Lei 8.666/93, o legislador fez inserir algumas normas - princípio:

“Art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia** e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.”

No mesmo toar, leciona o emérito Marçal Justen Filho acerca do estrito cumprimento do ato convocatório:

O instrumento convocatório (seja edital, seja convite) cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto às regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que **a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia.** O descumprimento de qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas quaisquer regras contidas no edital, não lhe é facultado simplesmente ignorá-las ou alterá-las...Verificando a

nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimentos dos atos administrativos. Porém isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. (in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ed. Dialética, 1998, 5ª ed., pág. 382)

Denotando o entendimento uníssono de nossa doutrina, pontua o mestre Celso Antônio Bandeira de Mello:

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666/93.

Outorga-se, assim, a qualidade de norma cogente às disposições contidas no edital e seus anexos, violando tal conduta e praticando ato nulo de pleno direito aquele que descumpre qualquer de suas disposições, **seja agente público, seja administrado**.

Como consentâneo do princípio acima abordado, a Lei elevou, ainda, a essa categoria a obrigação de, em certames licitatórios, restringir-se, o gestor da licitação, ao **julgamento objetivo**, desautorizando, mais esta vez, a prática de atos fundados em poder discricionário, notadamente aqueles que pretendem se embasar em conceitos subjetivos, tornando-se alheios à objetiva prescrição contida no ato convocatório, uma vez que a licitação é procedimento vinculado.

As leis administrativas são normalmente, de ordem pública, e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contém verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos.

A vinculação aos princípios da Legalidade, assim entendido pela doutrina, **a legalidade**, como princípio de administração, (Const. Rep., art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".

O ENTENDIMENTO CORRENTE NA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA É DE QUE O EDITAL E SEUS ANEXOS, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E SE CONSTITUI O INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO.



É cediço, portanto, que o Edital constitui lei entre os licitantes e que de suas disposições ninguém pode se furtar ao cumprimento. HELY LOPES MEIRELLES conceitua o princípio da vinculação ao Edital da seguinte forma:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou da realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)”.

Desta lição não destoa o ilustre professor MARÇAL JUSTEN FILHO:

“No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (seqüência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas”. (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Dialética, São Paulo. 5ª edição/1998 – p. 62).

Não há como negar que o princípio do julgamento objetivo é decorrência lógica do princípio da vinculação ao edital. Por esse princípio, obriga-se a Administração a se ater ao critério fixado no ato de convocação, evitando o subjetivismo no julgamento.

Vale salientar que nas decisões proferidas no curso do procedimento licitatório haverá de ater-se, o julgador, às exigências objetivas contidas na norma regente do certame, pondo à parte conceitos subjetivos e interpretações pessoais. Deverá, por consequência, voltar seus atos ao mero atendimento das regras erigidas para regulamentação dos atos necessários ao curso do certame, sem quaisquer interpretações, extensivas ou restritivas, que modifiquem, ao talante daquele, os seus conteúdos.

Em verdade estabelece o referido princípio, uma restrição teleológica ao agente público incumbido de promover os atos voltados ao certame licitatório, restringindo, na prática, que interpretações subjetivas possam vir a modificar o caráter de suas regras estabelecidas no edital.

Significa dizer que a comissão deve se ater as exigências editalícias, nela compreendida todos os seus anexos. No caso em tela, ao verificar o descumprimento de itens do edital, a comissão acertadamente desclassificou a VIPETRO.

Como cediço, não cabe a Comissão ficar interpretando as regras do edital e proceder com o julgamento de forma subjetiva. Sobre o princípio do julgamento objetivo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (DI PIETRO, 2004, P. 300) afirma que, *“quanto ao julgamento objetivo que é decorrência também do princípio da legalidade, está condizente com seu significado”*, pois o julgamento há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.



Ou seja, se a Recorrente apresentou planilhas com erros, portanto, descumpriu o Edital, a Comissão tinha o dever de desclassificá-la, sem margem de qualquer discricionariedade. Portanto, acertada a Decisão da Douta Comissão.

Conforme entendimento de Rolf Dieter Oskar Friedrich Braunert, na obra intitulada Como Licitar Obras e Serviços de Engenharia, o Princípio do julgamento objetivo:

Deixa claro que são inadmissíveis distinções baseadas em caracteres pessoais dos interessados, devendo o julgamento das propostas ser objetivo, justo e impessoal e, conduzir-se obrigatoriamente de acordo com os critérios fixados no instrumento convocatório. (BRAUNERT, 2010, P 76)

Acerca do tema em debate, trata Marçal Justen Filho:

Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração.¹

Ora, é obvio que a licitante deverá apresentar toda a documentação, sem vício, em conformidade com exigido, mas para isso só existe um único espelho que é o edital de licitações, nele compreendido todos os seus anexos, para isso, só poderá ser exigido aos licitantes o que constar na norma editalícia, e nada mais, ou seja, só tem obrigação de cumprir o exigido ou dever que se constitui.

Em face da sistemática e comprovada violação aos itens do edital, impossível se torna a classificação da empresa VIPETRO.

No tocante à impossibilidade de se permitir que licitantes sejam habilitados/classificados quando infringjam regras editalícias, temos o posicionamento sempre seguro e universalmente aceito de Hely Lopes Meirelles, proferido nas páginas 51 e 52 da 15ª edição do seu clássico Licitação e Contrato Administrativo, *in verbis*:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética. 2007. p. 48;

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41). (...)

Em corroboração a esse posicionamento, temos julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na página 180 da RDP nº 26, com seguinte teor:

Licitação - Edital - Julgamento de propostas - Fatores estranhos e considerados pela comissão julgadora.

O edital de licitação dá publicidade a esta e vincula a Administração e concorrentes. Não pode a comissão julgadora levar em conta fatores estranhos ao edital, peça básica da licitação.

No mesmo sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça - STJ, que manteve a desclassificação de licitante que descumpriu o edital da licitação. Vejamos:

1. O Edital, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes.
2. Se o licitante praticou ato ilícito, definido no edital, sob cominação de desclassificação, não pode reclamar por haver recebido tal pena. Não há, em tal situação, ofensa ao Art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/93. (STJ. 1ª Turma. REsp. nº 401646/DF. Registro nº 200101829971. DJ 04/11/2002. p. 154)

O Superior Tribunal de Justiça – STJ, também, sustenta esse entendimento, conforme explicitado no julgado abaixo transcrito:

O edital de licitação, enquanto instrumento convocatório, delimita as condições norteadoras dos atos do certame, fixa o seu objeto de forma precisa e enumera os deveres e as garantias das partes interessadas. Sob essa perspectiva, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a competência do Poder Judiciário, quando da interpretação das condições editalícias do certame, limita-se a afastar possível ilegalidade do edital (STJ, 2ª Turma, REsp 796.388-SP, rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 14.08.2007, DJU 5.9.2007, p. 236).

Por todo o exposto, irretocável a **Decisão da Comissão Permanente de Licitação quanto a desclassificação da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA, nos termos dos itens 8.2.2 e 10.1.5.1 do Edital.** Haja vista que, a mesma não cumpriu as exigências editalícias, quando da formulação da sua proposta.

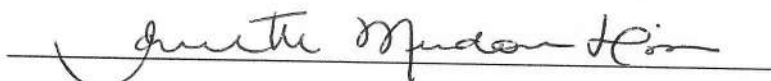


3. DO PEDIDO.

Diante das razões expostas acima, a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.**, vem, mui respeitosamente a esta Douta Comissão Permanente de Licitação da **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**, requerer seja julgado **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela **VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA**, ora contrarrazoado, e seja mantida a decisão que **DESCCLASSIFICOU** a RECORRENTE nos autos da **LICITAÇÃO Nº 90023/2024**.

Nestes termos. Pede deferimento.

Recife, 30 de outubro de 2024.



CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA